



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Mestrado em Direito

Alfredo Gomes Neto

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA:
O TERCEIRO COMO SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO

Recife
2010



Alfredo Gomes Neto

**RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA:
O TERCEIRO COMO SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO**

Dissertação apresentada ao programa de mestrado em direito da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

Prof. Doutor Manoel Severo Neto
(orientador)

Prof. Doutor Sérgio Torres Teixeira
Co-Orientador

Recife

2010



GG33r Gomes Neto, Alfredo.

Responsabilidade Tributária: O Terceiro Como Sujeito Passivo da Obrigação/Alfredo Gomes Neto, orientador: Manoel Severo Neto, 2010.

157f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco. Pró-Reitoria Acadêmica. Programa de Mestrado em Direito. 2010.

1. Responsabilidade Tributária. 2. Inciso III do Artigo 135 do CTN. 3. Imputação Subjetiva da Responsabilidade Tributária. 4. Responsabilidade do Terceiro. Título.

CDU – 34:336.2

Alfredo Gomes Neto

**RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA:
O TERCEIRO COMO SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO**

Dissertação apresentada ao programa de mestrado em direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

Aprovado em 05 de maio de 2010

Prof. Doutor Manoel Severo Neto (UNICAP)

Orientador

Prof. Doutor Flamarion Tavares Leite

Membro Convidado

Prof. Doutor Sérgio Torres Teixeira

Co-Orientador

Prof. Doutor Lúcio Grassi de Gouveia

Membro

Recife

2010



“Se você julga os outros, não tem tempo de amá-los.

Não sei ao certo como é o paraíso, mais sei que quando morreremos e chegar o tempo de Deus nos julgar, ele não perguntará: quantas coisas boas você fez em sua vida? Antes perguntará, quanto amor você colocou naquilo que fez?” (Irmã Dulce).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Onipotente, que está acima de todas as coisas, pela vida e pelas suas bênçãos, do seu filho Jesus Cristo e da Virgem Santíssima Maria da Conceição.

Agradeço aos meus pais – meu pai **in memoriam** – pela formação de uma criança que foi criança; de um adolescente criado na harmonia de um lar; de um profissional bem formado para as imposições e cobranças do mundo; de um homem que formou uma família num lar de amor e de compreensão.

A minha família. A minha querida esposa, rainha do incentivo para que eu consiga trilhar novos caminhos. Aos meus filhos, André Luis, Gustavo e Ruthinha pela compreensão e pela torcida para que eu possa seguir conquistando mais vitórias.

Agradeço a minha terra, a querida Conceição, que me viu nascer e me acolheu no calor do seu povo e do seu céu límpido e mais bonito do que o de todo o mundo. Terra que vejo todo dia na imagem da minha janela, da altura de onde vivo na acolhedora cidade de João Pessoa, que me recebeu como adolescente.

Aos Professores e amigos que conheci e com quem convivi na grandiosa cidade do Recife e ao querido Pernambuco valente de muitas lutas, berço da minha ascendência, meus agradecimentos de coração.

Aos meus colegas de trabalho pelo incentivo, meu muito obrigado.

RESUMO

Com este trabalho estuda-se a responsabilidade tributária, de início como impõe o Código Tributário Nacional - Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 -, mais, especialmente o inciso III do artigo 135 deste diploma legal e sua influência perante o inciso V do artigo 4º da Lei de Execução Fiscal – Lei 6.830, de 22 de setembro de 1980 – que, de forma generalizada, não especifica e nem individualiza as situações em que cada sujeito passivo é visto como responsável pelo débito fiscal. O ponto de partida de todo o trabalho é o aprofundamento do estudo da matéria “responsabilidade”, com uma proposta de nova visão do seu estudo perante o direito e, assim, havendo necessidade estudando-se o tributo como forma legal de imposição de obrigação e como ele, a formação do crédito tributário e sua discussão dentro do processo administrativo tributário, para se chegar à formação do título extrajudicial, com a responsabilidade pessoal do terceiro, sócio, administrador ou gerente pela prática de ação ou omissão contrária a lei, estatuto ou com excesso de poder que tenha sido a causa da falta de cumprimento de obrigação tributária, plenamente determinada – inscrição na dívida ativa do Ente Tributante -, e, assim, fazer a execução do débito de acordo com a Lei de Execução Fiscal. Por fim, a conclusão de que: “A responsabilidade pessoal dos mandatários, prepostos e empregados pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias, resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos devem ser apuradas de forma subjetiva, através do processo administrativo fiscal, respeitando-se o direito constitucional do devido processo legal, seja judicial ou administrativo, da ampla defesa e do contraditório”.

PALAVRAS-CHAVE:

Responsabilidade Tributária; Inciso III do Artigo 135 do CTN; Imputação Subjetiva da Responsabilidade Tributária; Responsabilidade do Terceiro.

ABSTRACT

With this work it will be looked to study the beginning tax liability, as it imposes the Internal revenue code - Law 5,172, of 25 of October of 1966 -, more, especially interpolated proposition III of article 135 of this statute and its influence before interpolated proposition V of the article 4º of the Law of Tax foreclosure - Law 6,830, of 22 of September of 1980 - that, of generalized form, does not specify and nor individualiza the situations where each passive citizen is seen as responsible by the tax debit. The starting point of all the work is the deepening of the study of the substance “responsibility”, with a proposal of new vision and proposal of its study before the right and, thus, it becomes necessary to study the tribute as legal form of obligation imposition and as, the formation of the credit tributary and its quarrel inside of the administrative proceeding tributary, to arrive the formation of the extrajudicial heading, with the responsibility staff of the partner, administrator or controlling for practical of action or the contrary omission the law, statute or with power excess that it has been the cause of lacks of obligation fulfilment tax, fully determined - registration in the active debt of the Tributante Being -, and, thus, to make the execution of the debit in accordance with the Law of Tax foreclosure . Finally, the conclusion of that: “The responsibility staff of the agent chief executives, chairmen and used by the corresponding credits the obligations taxes, resultants of acts practised with excess of being able or infraction of law, social contract or subjective statutes must be refined of form, through the fiscal administrative proceeding, respecting the constitucional law of due process of law, either judicial or administrative, of legal defense and the contradictory”.

PALAVRAS-CHAVE:

Tax liability; Interpolated proposition III of Article 135 of the CTN; Subjective imputation of the Tax liability; responsibility of the third.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
SUMÁRIO	viii
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	16
1.0 A Responsabilidade Tributária - Forma de Apuração	16
1.1 O Tributo Como Fonte Principal da Responsabilidade Tributária.	16
1.1.1 O Tributo Como Meio de Imposição - Obrigação Que Gera Responsabilidade.	17
1.2 O Direito ao Crédito Tributário Como Fundamento da Responsabilidade Tributária	21
1.2.1 Do Pressuposto Para o Lançamento Tributário Gerar Obrigação	22
1.2.1.1 Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador	22
1.2.2 Do Lançamento Como Forma de Iniciar a Concretização do Direito de Responsabilizar.	25
1.2.2.1 Lançamento: Ato Administrativo de Natureza Jurídica: de Início Declaratória e Posteriormente Constitutiva Para Gerar Responsabilidade	25
1.2.2.1.1 O Lançamento Como Ato Administrativo	25
1.2.2.1.2 O Lançamento Como Ato Administrativo Declaratório	30
1.2.3 Das Modalidades de Lançamentos	32
1.2.3.1 Lançamento Por Declaração	33
1.2.3.2 Lançamento Por Homologação	35
1.2.3.3 Lançamento de Ofício	37
1.2.4 Consumação e Eficácia do Lançamento – Início do Processo Administrativo Tributário	38
1.3 O Processo Administrativo Tributário	40
1.3.1 Conceito e Particularidades	40

1.3.2	O Fenômeno Processual da Jurisdição e o Processo Administrativo Tributário – Trânsito Julgado Formal e Trânsito Julgado Material	47
1.3.3	Princípios Constitucionais do Processo Administrativo-Tributário	51
	CAPÍTULO II	58
2.0	A Responsabilidade Como Fenômeno do Direito	58
2.1	A Responsabilidade e o Direito Vista Sob Nova Perspectiva	58
2.2	A Responsabilidade e o Direito Tributário	65
2.3	Do Pressuposto Para a Responsabilização Segundo o Inciso III do art. 135 do CTN.	77
2.3.1	Responsabilidade Subjetiva do Sócio	83
2.3.2	Responsabilidade Objetiva do Sócio	85
2.4	Da Apuração da Responsabilidade do Sócio	91
2.5	Formação do Título da Dívida Ativa - CDA	95
2.6	A Responsabilidade do Sócio de Acordo Com as Leis Civas	101
2.6.1	A Responsabilidade de Acordo Com o Direito Civil e o Direito Empresarial ou Comercial	101
2.6.1.1	Sociedades Não Personificadas	108
2.6.1.2	Sociedades Personificadas	110
2.6.1.2.1	A Sociedade Limitada	110
2.6.1.2.2	Sociedade em Nome Coletivo	113
2.6.1.2.3	Sociedade Anônima	114
2.6.1.2.4	Sociedade em Comandita Simples	116
2.6.1.2.5	Sociedade em Comandita por Ações	116
2.6.2	A Desconsideração das Pessoas Jurídicas e a Responsabilidade dos Sócios	117
2.6.2.1	Conceito	117
2.6.2.2	Requisitos Para a Desconsideração	123
2.6.2.2.1	A Teoria Maior	125
2.6.2.2.2	A Teoria Menor	126
2.6.2.2.3	A Desconsideração Inversa	127
2.7	A Responsabilização do Sócio Segundo o Código de Processo	

	Civil Brasileiro	128
2.8	A Responsabilidade do Sócio Segundo o Art. 5º, LIV da CRFB	130
	CAPÍTULO III	132
3.1	Conseqüências da Adoção da Responsabilidade do Sócio Perante Inciso o V do Art. 4º da Lei 6.830/80 – Lei da Execução Fiscal	132
	CONCLUSÕES	142
	REFERÊNCIAS	145
	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	157